

A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA NA SEGURANÇA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DE UM CASO INOVADOR¹

Elias Ricardo de Oliveira
Fernando Gomes de Paiva Júnior

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE, Brasil

Este estudo analisa a governança da segurança pública no estado de Pernambuco, Brasil, com foco na comunicação e narrativa em torno das políticas de segurança. Utilizando a análise de conteúdo de documentos oficiais, notícias jornalísticas, portais de notícias e blogs, investiga-se como os órgãos oficiais, a imprensa e a academia comunicam e constroem narrativas sobre a governança da segurança pública nesse contexto. Os resultados revelam que as categorias da governança da segurança pública como articulação intersetorial” e “capacidade de governança” são priorizadas nos discursos analisados, enquanto a “comunicação com a sociedade recebe menor atenção. Essa constatação suscita reflexões críticas sobre a necessidade de maior engajamento e participação da sociedade civil nos processos de implementação e avaliação das políticas de segurança pública e defesa social. O estudo contribui para a literatura ao explorar um aspecto frequentemente negligenciado nos estudos sobre governança: a comunicação e a construção de narrativas em torno dessas políticas públicas.

Palavras-chave: governança da segurança pública; engajamento cívico; comunicação; defesa social.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

LA COMUNICACIÓN COMO ESTRATEGIA DE GOBERNANZA EN LA SEGURIDAD PÚBLICA: APORTES DE UN CASO INNOVADOR

Este estudio analiza la gobernanza de la seguridad pública en el estado de Pernambuco, Brasil, con un enfoque en la comunicación y la narrativa en torno a las políticas de seguridad. A través del análisis de contenido de documentos oficiales, noticias periodísticas, portales de noticias y blogs, se investiga cómo los organismos oficiales, la prensa y la academia comunican y construyen narrativas sobre la gobernanza de la seguridad pública en este contexto. Los resultados revelan que las categorías de gobernanza de la seguridad pública, como articulación intersectorial y capacidad de gobernanza, son priorizadas en los discursos analizados, mientras que la comunicación con la sociedad recibe menor atención. Este hallazgo genera reflexiones críticas sobre la necesidad de un mayor compromiso y participación de la sociedad civil en los procesos de implementación y evaluación de las políticas de seguridad pública y defensa social. El estudio contribuye a la literatura al explorar un aspecto frecuentemente descuidado en los estudios sobre gobernanza: la comunicación y la construcción de narrativas en torno a estas políticas públicas.

Palabras clave: gobernanza de la seguridad pública; compromiso cívico; comunicación; defensa social.

COMMUNICATION AS A GOVERNANCE STRATEGY IN PUBLIC SECURITY: CONTRIBUTIONS FROM AN INNOVATIVE CASE

This study analyzes public security governance in the state of Pernambuco, Brazil, focusing on communication and narratives surrounding security policies. Using content analysis of official documents, journalistic news, news portals, and blogs, the research investigates how official agencies, the press, and academia communicate and construct narratives about public security governance in this context. The results reveal that public security governance categories such as intersectoral articulation and governance capacity are prioritized in the analyzed discourses, whereas communication with society receives less attention. This finding raises critical reflections on the need for greater civic engagement and participation of civil society in the implementation and evaluation processes of public security and social defense policies. The study contributes to the literature by exploring an often-overlooked aspect of governance studies: communication and the construction of narratives surrounding these public policies.

Keywords: public security governance; civic engagement; communication; social defense.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um desafio complexo e multidimensional que permeia a realidade brasileira, uma vez que, não obstante os esforços empreendidos por agentes de proteção social, os índices de violência e criminalidade no país permanecem alarmantes. Segundo dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, foram registrados 47.452 homicídios dolosos no Brasil em 2022, representando uma taxa de 23,4 mortes por 100 mil habitantes (FBSP, 2023). Nesse cenário, o estado de Pernambuco tem enfrentado uma situação particularmente crítica. Segundo o anuário, Pernambuco registrou 3.423 homicídios em 2022, o que corresponde a uma taxa de 37,8 mortes por 100 mil habitantes, revelando um índice superior à média nacional.

Representantes do governo de Pernambuco têm buscado implementar políticas públicas dirigidas para enfrentar os desafios da segurança pública, pois, entre 2007 e 2022, o estado desenvolveu e implementou o Plano Estadual de Segurança Pública, conhecido como “Pacto pela Vida”, que assumiu uma abordagem participativa e intersetorial junto à população desse estado (Ratton; Daudelin, 2018). Atualmente, a partir de 2023, Pernambuco dispõe do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, intitulado “Juntos pela Segurança”, que, conforme apresentado (GOVPE, 2023), também incorpora aspectos e características fundamentais com respeito à governança da segurança pública desse estado.

O estudo objetiva descrever o modo como a governança da segurança pública é operacionalizada em Pernambuco a partir de três perspectivas distintas: a visão do estado, da mídia e do meio acadêmico. Ambos os planos de segurança pública implementados no estado suscitam como objetivo principal a redução da violência e da criminalidade, portanto, aqui se visa compreender a maneira como essa temática vem sendo percebida e representada por esses diferentes atores. Ao serem examinadas as três abordagens descritas anteriormente, emerge uma visão abrangente e complexa da governança da segurança pública, a qual permite a identificação de pontos de convergência e divergência entre os agentes envolvidos nesse processo.

Ao adotar uma abordagem multifacetada de tripla fonte de informações das diferentes perspectivas sob a demarcação governamental, midiática e acadêmica, o estudo revela novas perspectivas e proporciona uma compreensão mais abrangente do tema. Além disso, amplia-se aqui o entendimento a respeito dos desafios e complexidades da governança da segurança pública, considerando não apenas as ações, como também a forma como são comunicadas e percebidas pelos diferentes atores.

Nos procedimentos metodológicos, utilizamos a técnica da análise de conteúdo em documentos oficiais, artigos científicos indexados e revisados por pares e matérias jornalísticas de portais de notícias e blogs. Nesse sentido, as múltiplas fontes de informações e perspectivas nos permitem a validação cruzada das informações, reduzindo os vieses inerentes a cada uma

das abordagens individuais (Flick, 2018). Logo, essa estratégia possibilita a identificação de convergências e divergências entre os diferentes atores envolvidos, revelando uma compreensão complexa e de nuance da realidade.

Este estudo busca preencher uma lacuna na literatura ao analisar não apenas as ações de segurança pública, mas também como essas ações são comunicadas e percebidas por diferentes atores. A abordagem multifacetada adotada permite compreensão abrangente da governança da segurança pública, destacando a importância da comunicação e das narrativas na construção de políticas efetivas.

2. GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A governança, em uma perspectiva ampla, transcende as organizações governamentais, englobando também entidades sem fins lucrativos e empresas privadas que colaboram na solução de problemas e na prestação de serviços públicos (Bingham, 2011; Elliott, 2002). Esse conceito supera o paradigma tradicional da administração pública, que se concentrava no funcionamento interno dos órgãos, como gestão de recursos humanos e execução de tarefas, e passa a adotar uma visão mais integrada e colaborativa. Para compreender o desenvolvimento territorial, é essencial analisar as dinâmicas e interações entre os diversos agentes locais, incluindo governos, sociedade civil e setor privado (Morais *et al.*, 2022). Essa abordagem permite uma visão mais holística dos desafios públicos, especialmente no campo da segurança.

Os estudiosos de governança propõem um novo paradigma, no qual a unidade de análise das políticas públicas se desloca das agências ou programas individuais para os instrumentos e ferramentas utilizados na busca de objetivos públicos (Elliott, 2002; Önder; Zengin, 2022). Essa mudança de foco permite uma compreensão mais abrangente das ações governamentais e sua eficácia. A governança da segurança pública insere-se nesse contexto, buscando moldar e influenciar a conduta de indivíduos, grupos e representantes da população em prol da preservação da paz social (Wood; Dupont, 2006). Ela vai além das políticas de combate à violência, abrangendo também a prevenção e a promoção de uma cultura de segurança. Nessa perspectiva, o crime e a punição são entendidos como contextos institucionais que orientam a conduta e a atuação dos agentes envolvidos (Simon, 2020). A governança da segurança, portanto, não se limita à repressão, mas inclui também a construção de mecanismos que promovam a ordem e a justiça social.

A literatura sobre governança da segurança pública destaca características fundamentais para a eficácia e eficiência dos sistemas de segurança. Entre elas, destacam-se a transparência, a participação cidadã, a integração entre instituições, a definição clara de responsabilidades e a fundamentação das ações em evidências (Costa, 2023; Teixeira; Gomes, 2019). Esses elementos, quando integrados de forma coerente, fortalecem a confiança da população nas instituições de

segurança e contribuem para a redução da criminalidade e a promoção de uma sociedade mais segura e justa (Graham; Plumptre; Amos, 2003). A governança eficaz, portanto, depende da combinação desses pilares.

A articulação intersetorial é um aspecto crucial da governança da segurança pública, envolvendo a coordenação de diferentes atores governamentais e não governamentais (Graham; Plumptre; Amos, 2003; Kooiman, 2002). Essa abordagem reconhece que os desafios da segurança pública não podem ser enfrentados de forma isolada. A colaboração entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais é essencial para a construção de respostas coordenadas e abrangentes aos problemas de segurança pública (Kooiman, 2002). Essa articulação pode ocorrer por meio de mecanismos formais, como conselhos e comitês, ou por arranjos informais, como redes de colaboração.

A participação da sociedade civil é outro pilar fundamental da governança na segurança pública, promovendo o engajamento ativo da população na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas (Rhodes, 1996). Essa participação é essencial para garantir a legitimidade e a sustentabilidade das ações de segurança. Mecanismos como conselhos comunitários, audiências públicas e fóruns de discussão permitem que a sociedade civil expresse suas preocupações e contribua com sugestões (United Nations, 2007). Esses espaços de diálogo fortalecem a relação entre o Estado e a sociedade, promovendo políticas mais alinhadas às necessidades locais.

A transparência e a prestação de contas são princípios essenciais para a boa governança na segurança pública, promovendo o acesso à informação e a responsabilização dos atores envolvidos (Androniceanu, 2021; Ceneviva, 2006). A transparência envolve a disponibilização de informações claras sobre políticas, programas e resultados. A prestação de contas exige mecanismos que permitam à sociedade acompanhar e avaliar o desempenho das instituições (United Nations, 2007). Essas práticas são fundamentais para fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança e garantir a eficácia das ações implementadas.

A adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências científicas é fundamental para o sucesso das políticas de segurança pública. Essas abordagens reconhecem a natureza multidimensional dos problemas de segurança e a necessidade de respostas multidisciplinares (Sherman, 2013; Welsh; Farrington, 2011). As políticas baseadas em evidências buscam fundamentar suas ações em conhecimentos validados por pesquisas empíricas, garantindo eficácia e eficiência (Sherman, 2013). Essa abordagem promove a constante atualização e aprimoramento das práticas de segurança.

A comunicação efetiva com a sociedade é outro aspecto crucial da governança na segurança pública, envolvendo estratégias de disseminação de informações e engajamento da população (Ferreira; Damázio; Aguiar, 2011). A utilização de diferentes canais, como mídias tradicionais, redes sociais e eventos comunitários, permite uma comunicação bidirecional. A comunicação

bidirecional é essencial para promover a transparência e fortalecer a confiança nas instituições (Cruz, 2008). Além disso, ela permite que a população participe ativamente dos processos de formulação e implementação das políticas de segurança.

O desenvolvimento da capacidade de governança é fundamental para a efetivação das políticas de segurança pública, envolvendo a coordenação e articulação de redes de atores governamentais e não governamentais (Triantafyllou, 2024). Essa capacidade inclui a criação de mecanismos de coordenação e a definição clara de papéis e responsabilidades. O fortalecimento da capacidade de governança envolve o desenvolvimento de habilidades de liderança, negociação, resolução de conflitos e gestão de redes complexas (Costa, 2023; Kooiman, 2002). Essas habilidades são essenciais para garantir a efetividade das ações de segurança pública.

A prevenção do crime e a promoção da segurança comunitária são aspectos centrais da governança na segurança pública, reconhecendo que a repressão isolada não é suficiente para enfrentar as causas da violência e da criminalidade (Rogers; Frevel, 2018; Sanders; Langan, 2019). Ações preventivas, como programas de desenvolvimento comunitário e capacitação profissional, são essenciais para reduzir a incidência criminal e construir comunidades mais seguras (Sanders; Langan, 2019). Essas iniciativas abordam os fatores de risco associados à violência, como pobreza e desigualdade social.

A adoção de novas tecnologias de informação e comunicação também desempenha um papel importante na governança da segurança pública, aprimorando o monitoramento, a análise de dados e a integração entre instituições (Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022). Essas tecnologias contribuem para a prevenção e o combate ao crime. A governança da segurança pública é um conceito amplo, que abrange práticas governamentais, orçamentárias, políticas, legais e valores socioculturais (Henman, 2020). Ela vai além da governança do crime, incluindo também mentalidades, instituições e práticas governamentais relacionadas à violência e à criminalidade (Hathazy, 2018; Macklem; Roach; Daniels, 2001). Nesse sentido, a governança da segurança pública requer uma abordagem multidimensional, integrada e baseada em evidências, que promova a participação cidadã, a transparência e a colaboração entre os diversos atores envolvidos. Somente por meio de uma gestão democrática e eficiente será possível enfrentar os complexos desafios da segurança pública e promover o bem-estar e a segurança da sociedade.

2.1 A governança da segurança pública em Pernambuco: o “Pacto pela Vida” e “Juntos pela Segurança”

O estudo concentrou-se no Plano Estadual de Segurança Pública (Pespe) – Pacto pela Vida (PPV) e no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) – Juntos pela Segurança (PJPS), ambos do Estado de Pernambuco.

A formulação do Programa Pacto pela Vida se constituiu a partir da participação social realizada através do Fórum Estadual de Segurança Pública em março e abril de 2007. Esse fórum promoveu debates entre especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e gestores públicos em níveis federal, estadual e municipal, onde a versão final foi avaliada e apresentada à sociedade (BID, 2015).

Foi através do programa Todos por Pernambuco (programa amplo que envolve toda a gestão do governo de Pernambuco) que ocorreu a realização do Fórum Estadual de Segurança Pública como parte de sua abordagem de gestão macro. Esse programa foi um modelo de gestão implementado pelo Governo do Estado de Pernambuco entre 2007 e 2022 que orienta a criação e implementação de políticas públicas no âmbito estadual. O Seminário Todos por Pernambuco foi realizado no primeiro ano de cada gestão nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado, com o primeiro realizado em 2007 e os seguintes em 2011, 2015 e 2019. O seminário é um fórum participativo que permite a interação direta entre os cidadãos e as autoridades estaduais (Seplag-PE, 2019).

No segundo ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco, realizado em 2011, participaram 13.249 pessoas e 3.554 entidades se fizeram presentes. Durante esse evento, foram registradas 26.147 propostas, das quais 2.656 estão relacionadas a ações de gestão e implementação de políticas de segurança. Um grupo de 14 profissionais de gestão da Seplag (Gestores Governamentais) se dedicou à formulação dessas propostas. O objetivo foi construir um banco de dados que agrupasse propostas semelhantes e compará-las com as políticas definidas no Programa de Governo (GOVPE, 2016).

O Programa Governo Presente foi uma iniciativa do Governo do Estado voltada para a promoção da cultura de paz, com ênfase na inclusão social e inserção no mercado de trabalho. Essa iniciativa estava alinhada à linha de prevenção social do programa PPV, visando abordar territórios com maior índice de vulnerabilidade social e criminalidade, conforme dados estatísticos disponibilizados pela Secretaria de Defesa Social.

Com os resultados alcançados nos primeiros anos, o PPV recebeu prêmios de gestão pública, como o Prêmio das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) em 2012, 2013 e 2014; o Prêmio “Governante” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2013; o Prêmio Interamericano de Inovação para a Gestão Pública Efetiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2014; e o Prêmio Anual de Gestão por Resultados da Comunidade de profissionais e especialistas da América Latina e do Caribe em Gestão para Resultados de Desenvolvimento – CoPLAC-MfDR do BID em 2015 (GOVPE, 2016; ONU, 2012).

O Programa Juntos pela Segurança, lançado em 2023, representa uma substituição do Pacto pela Vida, ocorrida com a mudança de governo, passando de um governo de situação para um

de oposição. Este programa tem como objetivo principal promover a paz, prevenir a violência e combater a desigualdade em todas as regiões do estado de Pernambuco (GOVPE, 2024).

A formulação do plano Juntos pela Segurança (JPS) foi conduzida por meio de seminários regionais realizados nas doze regiões político-administrativas de Pernambuco, sob o título “Ouvir para Mudar”. Estes seminários congregaram um total de 14.766 participantes, que contribuíram com 1.968 propostas, sendo 283 delas relacionadas à segurança pública e cidadania. Além dos encontros presenciais, foi disponibilizado um sítio eletrônico (juntospelaseguranca.pe.gov.br) para a participação online, onde 13.638 pessoas apresentaram suas opiniões em relação a 847 propostas. Nesse espaço virtual, os participantes puderam votar nas ações que consideravam prioritárias, resultando em 17.408 votos online. No que se refere especificamente à segurança e cidadania, foram sugeridas 151 propostas. Além disso, o governo disponibilizou os programas para votação online, sendo que o programa voltado para segurança e cidadania obteve 727 votos (DOE-PE, 2023).

Além da consulta popular, que orienta a abordagem do programa Juntos pela Segurança, foram conduzidas oficinas com a participação ativa de mais de 280 especialistas. Estes incluíam profissionais de segurança pública, acadêmicos e representantes de organizações do terceiro setor, abrangendo uma variedade de áreas governamentais, poderes legislativos, instituições judiciais, municípios e organizações da sociedade civil (GOVPE, 2024).

Além das instâncias governamentais, o JPS buscou a colaboração do governo federal, do poder judiciário, de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais, do ministério público e das próprias comunidades locais (GOVPE, 2024). Essa abordagem intersetorial e participativa reflete a compreensão de que a segurança pública é um desafio multidimensional, que exige a articulação de diferentes atores e a integração de perspectivas e esforços (Costa, 2023).

3. METODOLOGIA

A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), constitui-se em uma técnica metodológica utilizada em pesquisas qualitativas nas ciências sociais e humanas. Essa abordagem permite a investigação sistemática de documentos, textos e outras formas de comunicação, com o objetivo de desvelar os significados, as estruturas e os padrões presentes nesse material (Bardin, 2016). Assim, a análise de conteúdo foi empregada como estratégia analítica para examinar os documentos oficiais, os artigos científicos revisados por pares e as matérias jornalísticas relacionadas à governança da segurança pública em Pernambuco. Essa técnica possibilitou a identificação de categorias temáticas, a compreensão dos discursos e a interpretação dos significados subjacentes aos textos analisados (Bardin, 2016; Krippendorff, 2018).

Este estudo adota categorias analíticas extraídas do referencial teórico e da literatura pesquisada para analisar a governança da segurança pública. As categorias incluem articulação intersetorial, participação da sociedade civil, transparência e prestação de contas, abordagens integradas e baseadas em evidências, comunicação com a sociedade, integração de mentalidades e práticas, capacidade de governança, prevenção e promoção da segurança comunitária, e modernização tecnológica. Essas categorias, apresentadas no Quadro 1, servem como base para a análise dos dados, permitindo uma avaliação estruturada e multidimensional da governança da segurança pública.

Quadro 1 – Categorias analíticas da governança da segurança pública

Categoria analítica	Descrição	Referências
Articulação intersetorial	Coordenação entre atores governamentais e não governamentais para enfrentar desafios complexos da segurança pública. Envolve a colaboração de órgãos públicos, sociedade civil, setor privado e comunidades.	(Graham; Plumptre; Amos, 2003; Kooiman, 2002)
Participação da sociedade civil	Engajamento ativo da população na formulação, implementação e monitoramento de políticas de segurança. Promove legitimidade, aceitação e sustentabilidade das ações.	(Rhodes, 1996; United Nations, 2007)
Transparência e prestação de contas	Disponibilização de informações claras e acessíveis sobre políticas e resultados, além de mecanismos de responsabilização para fortalecer a confiança nas instituições.	(Androniceanu, 2021; Ceneviva, 2006; United Nations, 2007)
Abordagens integradas e baseadas em evidências	Uso de conhecimentos científicos e multidisciplinares (criminologia, sociologia, psicologia, etc.) para fundamentar políticas e ações de segurança. Busca eficácia e eficiência.	(Sherman, 2013; Welsh; Farrington, 2011)
Comunicação com a sociedade	Estratégias de disseminação de informações e engajamento da população, utilizando canais como mídias tradicionais, redes sociais e eventos comunitários. Promove transparência e participação ativa.	(Cruz, 2008; Ferreira; Damázio; Aguiar, 2011)
Integração de mentalidades e práticas	Consideração das mentalidades, discursos e práticas socioculturais relacionadas à segurança. Reconhece a influência de fatores culturais e sociais nas percepções e comportamentos da população.	(Dupont; Wood, 2007; Simon, 2020)
Capacidade de governança	Habilidades de coordenação, liderança, negociação e gestão de redes complexas para garantir a efetividade das políticas de segurança. Envolve estruturas, processos e competências adequadas.	(Costa, 2023; Kooiman, 2002; Triantafyllou, 2024)
Prevenção e promoção da segurança comunitária	Foco em ações preventivas, como programas de desenvolvimento comunitário, educação e capacitação profissional, para reduzir fatores de risco associados à violência e criminalidade.	(Rogers; Frevel, 2018; Sanders; Langan, 2019)
Modernização tecnológica	Uso de tecnologias de informação e comunicação, como sistemas de monitoramento, bancos de dados integrados e inteligência artificial, para aprimorar a prevenção e o combate ao crime.	(Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022)

Fonte: elaboração própria a partir do referencial teórico.

As categorias analíticas apresentadas no Quadro 1, são utilizadas para examinar como os princípios da governança da segurança pública se aplicam nas informações analisadas dos Planos de Segurança Pública de Pernambuco. A articulação intersetorial avalia a colaboração entre atores, enquanto a participação da sociedade civil destaca o engajamento da população. A transparência e a prestação de contas verificam a disponibilidade de informações e a responsabilização dos atores. As abordagens integradas e baseadas em evidências identificam o uso de conhecimentos científicos. A comunicação com a sociedade analisa estratégias de engajamento, e a integração de mentalidades e práticas considera aspectos socioculturais. A capacidade de governança avalia estruturas e habilidades, a prevenção e promoção da segurança comunitária foca em ações preventivas, e a modernização tecnológica examina o uso de tecnologias. Juntas, essas categorias fornecem uma análise abrangente da governança da segurança pública.

Por meio de abordagem metodológica multifacetada, triangulando diferentes fontes de dados para a análise da governança da segurança pública em Pernambuco, foram analisados documentos oficiais produzidos pelo estado, matérias jornalísticas e artigos indexados revisados por pares. Assim, na Figura 1 apresentamos um esquema visual das fontes de informações.

Figura 1 – Fontes dos artigos, documentos e matérias jornalísticas analisados



Fonte: elaboração própria.

Esta tripla fonte de múltiplas informações e perspectivas permite a validação cruzada das informações, reduzindo os vieses inerentes a cada uma das abordagens individuais (Flick, 2018). Essa estratégia possibilita a identificação de convergências e divergências entre os diferentes atores envolvidos, revelando uma compreensão mais complexa e nuançada da realidade.

Foram analisados dois grupos distintos de documentos públicos: as publicações oficiais do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e as matérias da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), abrangendo o período de janeiro de 2023 a março de 2024. Foram examinados todos

os documentos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado durante esse intervalo, bem como os artigos publicados pela SDSPE a partir da primeira publicação referente ao Programa Juntos pela Segurança. Ao todo, 53 documentos oficiais foram analisados (32 do DOEPE e 21 matérias da SDS), utilizando a palavra-chave “Juntos pela Segurança” nos repositórios do Diário Oficial do Estado e nas publicações da SDSPE.

Nesse sentido, uma proposta de sistematização operacional, organizada em fases, foi realizada para permitir a transparência na seleção de documentos oficiais (Silva; Emmendoerfer; Silveira Cunha, 2020). Assim, segundo esses autores, para a pesquisa documental, é importante seguir procedimentos específicos para assegurar sua confiabilidade por meio de duas fases nas quais foram sistematizadas de maneira cuidadosa e estruturada (Quadro 2).

Quadro 2 – Fases da pesquisa documental

Fase 1	Fase 2	Fase3
Preparação do Material Ilustrada (PMI)	Análise Preliminar Ilustrada (API)	Análise Documental Ilustrada (ADI)
Publicações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE-PE) entre janeiro de 2023 e março de 2024 – Juntos pela Segurança; Publicações da Secretaria de Defesa Social no site oficial de matérias que envolvessem o JPS	Foram selecionados 32 documentos no DOE-PE e 21 matérias publicadas no site oficial da SDS-PE.	A análise dos documentos oficiais foi realizada com a sistematização dos códigos (Quadro 3) das características da Governança da Segurança Pública através do software MAXQDA.

Fonte: elaboração própria a partir de Silva *et al.* (2020).

Na fase inicial, foi realizado um cuidadoso reconhecimento das principais fontes de informações oficiais, com critérios de busca definidos, incluindo as palavras-chave relacionadas ao “Juntos pela Segurança”. Esse processo foi conduzido de forma exaustiva, visando evitar a omissão de qualquer documento oficial relevante na análise.

O segundo grupo de documentos analisados concentrou-se nos artigos jornalísticos publicados e reportados através da plataforma de busca Google, utilizando a mesma palavra-chave “Juntos pela Segurança”. Nessa etapa, foram selecionados e analisados os primeiros 30 artigos reportados de forma discricionária. É importante destacar que não foram incluídos artigos oficiais publicados por fontes oficiais do estado, como secretarias de estado. Assim, a análise se concentrou apenas em artigos de portais de notícias e blogs.

Dos 30 artigos analisados, 23 são de fontes distintas, evidenciando a diversidade de opiniões e compreensões por parte de seus editores a respeito da referida política de segurança pública. Esses artigos abordam notícias relacionadas ao Programa Juntos pela Segurança, que ocorrem tanto antes, quanto após seu lançamento. A partir do trigésimo primeiro artigo reportado no Google, observamos a desconexão entre os artigos reportados e a palavra-chave, evidenciando a necessidade de interrupção no acréscimo de novos artigos jornalísticos.

Realizamos, por meio do software MAXQDA, a análise de conteúdo dos documentos, o qual permite criar categorias, combiná-las ou expandi-las, gerar listas de frequência de palavras, auxiliando na visualização dos termos mais recorrentes nas informações analisadas. Além disso, o software possibilita gerar diagramas, realizar análises de cluster, associar palavras e categorias.

Com base no referencial teórico sobre governança da segurança pública, foram elaboradas as categorias presentes na literatura (Quadro 3) e as palavras-chave correspondentes. Essas palavras-chave foram utilizadas com o objetivo de identificar, nos parágrafos dos textos analisados, a relação com as categorias da governança da segurança pública identificadas na fundamentação teórica desta pesquisa.

Quadro 3 – Relação das palavras-chave utilizadas por categoria analítica da governança da segurança pública

Categoria analítica da governança	Palavras-chave
Articulação intersetorial	Articulação
Participação da sociedade civil	Participação – Sociedade Civil
Transparência e prestação de contas	Transparência – Prestação de Contas
Abordagens integradas e baseadas em evidências	Abordagens – Integradas – Integração – Evidências
Comunicação com a sociedade	Comunicação – Sociedade
Integração de mentalidades e práticas	Abordagem – Participação - Participante Integração – Práticas
Capacidade de governança	Capacidade – Governança
Prevenção e promoção da segurança comunitária	Prevenção – Segurança – Comunitária - Comunidade
Modernização tecnológica	Modernização – Tecnologia

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 3 apresenta a relação das categorias analíticas identificadas na literatura sobre governança da segurança pública e as palavras-chave utilizadas no software MAXQDA para localização dos textos e contextos em que essas categorias foram empregadas. Essas categorias foram definidas por meio dos códigos nas três fontes de documentos.

Por seu turno, a análise da perspectiva da governança da segurança pública no Pacto pela Vida ocorreu por meio da análise de artigos indexados e revisados por pares em três repositórios: CAPES, Scopus e Web of Science (WoS). Em todas as bases, utilizamos as palavras-chave “Pacto pela Vida” e “Pact for Life” a partir de 2007, ano de implementação do programa.

Apresentamos no Quadro 4 o quantitativo de artigos que foram reportados nas respectivas bases, bem como uma coluna com o quantitativo de artigos reportados em duplicidade.

Quadro 4 – Artigos revisados por pares sobre o Pacto pela Vida (2007–2022)

Base	Reportados	Analisados	Artigos reportados em duplicidade	Total de artigos analisados
Scopus	12	10	12	16
Web Of Science	8	8		
CAPEL	42	15		
Subtotal	58	28		

Fonte: elaboração própria.

Os artigos reportados, mas não analisados, foram excluídos por não possuírem relação com a temática. Isso ocorre porque o termo da palavra-chave utilizado é o mesmo para outros programas voltados para a área da saúde pública.

As fontes das informações foram utilizadas para analisar o contexto comunicacional em que ocorre a governança da segurança pública por meio dos programas de segurança pública elaborados. No caso do programa “Juntos pela Segurança”, lançado oficialmente em novembro de 2023, não foram encontrados artigos que abordassem o programa nos três bancos de dados pesquisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se propõe a examinar a comunicação e percepção das políticas de segurança, adotando abordagem tripla de diversas fontes documentais, incluindo documentos oficiais, mídia e produções acadêmicas. Assim, através da análise dos dados extraídos desses planos, o estudo oferece uma síntese das principais características da governança da segurança pública constante no Quadro 5, em que se mostra destacada sua relação direta com o escopo e os objetivos da pesquisa.

Quadro 5 – Características da governança da segurança pública e sua relação com os planos de segurança pública de Pernambuco

Característica	Descrição	Trecho do plano Pacto pela Vida	Trecho do plano Juntos pela Segurança
Articulação Intersetorial	Coordenação entre atores governamentais e não governamentais (Graham <i>et al.</i> , 2003; Kooiman, 2002).	Reuniões das Câmaras Técnicas e oficinas temáticas promoveram debate articulado (P. 13); maior cooperação entre órgãos operativos da SDS (p. 73).	Participação de mais de 280 especialistas, incluindo pesquisadores e ativistas (p. 5); envolve secretarias de prevenção à violência e direitos humanos (p. 8).
Participação da Sociedade Civil	Engajamento da sociedade civil na governança (Rhodes, 1996; UN, 2007).	Militantes de organizações civis participaram (p. 13–14)	Diálogo institucional e escuta popular envolveram mais de 7 mil participantes (p. 5); parceria essencial entre poder público e sociedade civil (p. 6).

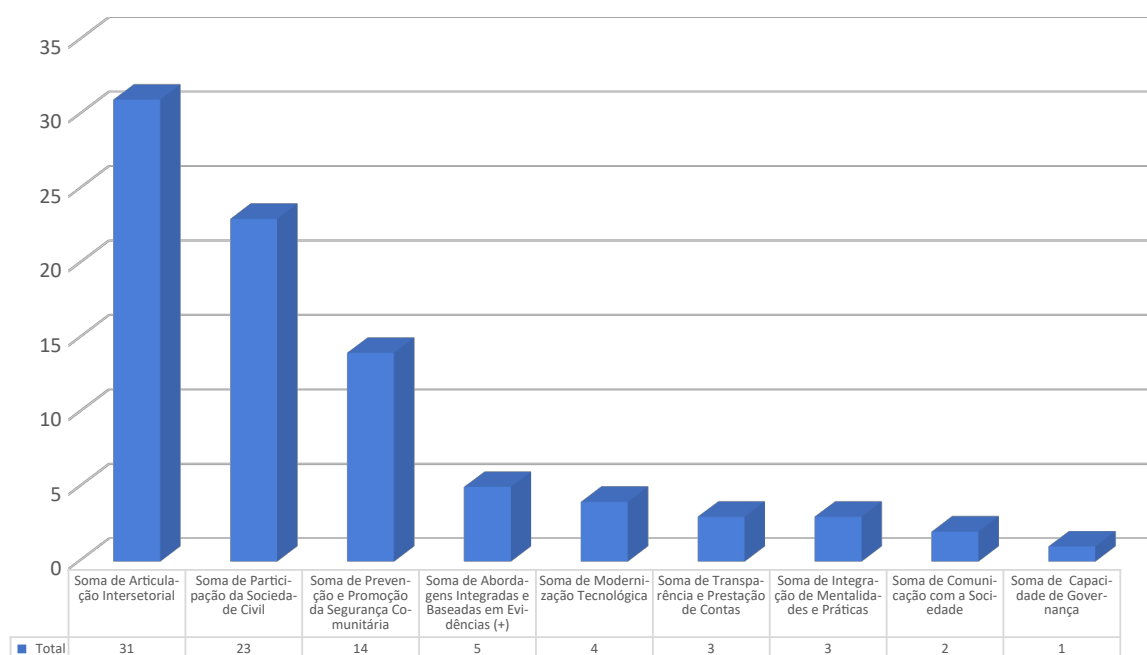
Característica	Descrição	Trecho do plano Pacto pela Vida	Trecho do plano Juntos pela Segurança
Transparência e Prestação de Contas	Promoção da transparência e acesso à informação (Ceneviva, 2006; UN, 2007).	Transparência nos gastos e convênios da segurança pública (p. 75).	Captação de recursos via crédito com bancos nacionais e FNSP (p. 63).
Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências	Uso de abordagens multidisciplinares e evidências científicas (Sherman, 2013; Welsh; Farrington, 2011).	Diagnóstico da violência juvenil e mapeamento de vulnerabilidades (p. 103); Grupo de pesquisa sobre armas e crimes (p. 105)	Baseado no Método do Marco Lógico e Planejamento Participativo (p. 32); criação do Observatório Pernambucano de Prevenção Social (p. 47)
Comunicação com a Sociedade	Estratégias de disseminação e engajamento (Cruz, 2008; Ferreira <i>et al.</i> , 2011).	Ouvidoria participativa e divulgação permanente dos resultados (p. 76; p. 143).	Site para sugestões da população (p. 35); fortalecimento da imagem positiva da segurança pública (p. 54).
Integração de Mentalidades e Práticas com Abordagem Multidimensional	Incorporação de aspectos socioculturais na segurança pública (Dupont; Wood, 2007; Simon, 2020)	Integração das políticas de segurança em âmbito nacional e internacional (p. 14); gestão operacional e estratégica unificada (p. 74).	Considera segurança em várias áreas, como saúde e educação (p. 33); cooperação técnica para soluções tecnológicas (p. 56).
Capacidade de Governança	Coordenação de atores na gestão da segurança (Costa, 2023; Kooiman, 2002).	Programa para articulação entre polícia, justiça e sociedade civil (p. 129).	Colaboração entre governo, municípios e sociedade civil (p. 5); justiça e esferas de poder integradas à governança (p. 8).
Prevenção e Promoção da Segurança Comunitária	Prevenção ao crime e segurança comunitária (Rogers; Frevel, 2018; Sanders; Langan, 2019).	Centros especializados para proteção de grupos vulneráveis e combate a entorpecentes (p. 65); prevenção intersetorial (p. 116).	Foco na prevenção da violência doméstica e dependência química (p. 5); prevenção como antecipação de riscos (p. 7).
Modernização Tecnológica	Uso de TICs para melhorar a segurança (Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022; Peron; Alvarez, 2022).	Equipamento não letal e Sistema de Inteligência Prisional (p. 78); integração de bancos de dados do Nordeste (p. 81).	Fortalecimento do Lab-LD contra lavagem de dinheiro (p. 52); fortalecimento do Sinab para elucidação de crimes (p. 53).

Fonte: elaboração própria a partir das informações dos planos e referencial teórico.

A análise do Quadro 5 revela que os planos de segurança pública Pacto pela Vida e Juntos pela Segurança apresentam convergências em relação às características da governança da segurança pública, conforme descritas na literatura especializada. Como exemplo, a articulação de redes de atores, a coordenação intersetorial e o desenvolvimento de capacidades de governança (Costa, 2023) e o uso de novas tecnologias de gestão para melhoria da efetividade nas políticas de segurança pública (Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022).

Ao analisar a cobertura midiática sobre o Plano Juntos pela Segurança em Pernambuco, no período de agosto de 2023 a março de 2024, é possível ter um panorama das principais temáticas abordadas pelos editores de sites jornalísticos, portais e blogs. A partir das codificações realizadas durante a leitura das matérias jornalísticas, apresentamos no Gráfico 1 uma visão geral das categorias da governança da segurança pública mais reportadas pela imprensa em Pernambuco.

Gráfico 1 – Categorias da governança identificadas nos documentos da imprensa acerca do Juntos pela Segurança (agosto de 2023 a março de 2024)



Fonte: elaboração própria a partir das codificações no MAXQDA.

Conforme ilustrado no Gráfico 1, a cobertura midiática concentrou-se principalmente em temáticas relacionadas à articulação intersetorial, à participação da sociedade civil e à prevenção e promoção da segurança comunitária. Esses aspectos são fundamentais para a boa governança na segurança pública, conforme apontado pela literatura científica (Ceneviva, 2006; Costa, 2023). Por outro lado, dentre as categorias analisadas, a “comunicação com a sociedade” foi a que menos repercutiu nas notícias examinadas. Em sequência, seguiram-se “modernização tecnológica”, “abordagens integradas e baseadas em evidências”, “transparência e prestação de contas” e “participação da sociedade civil”, em uma ordenação ascendente de inserções nos discursos analisados.

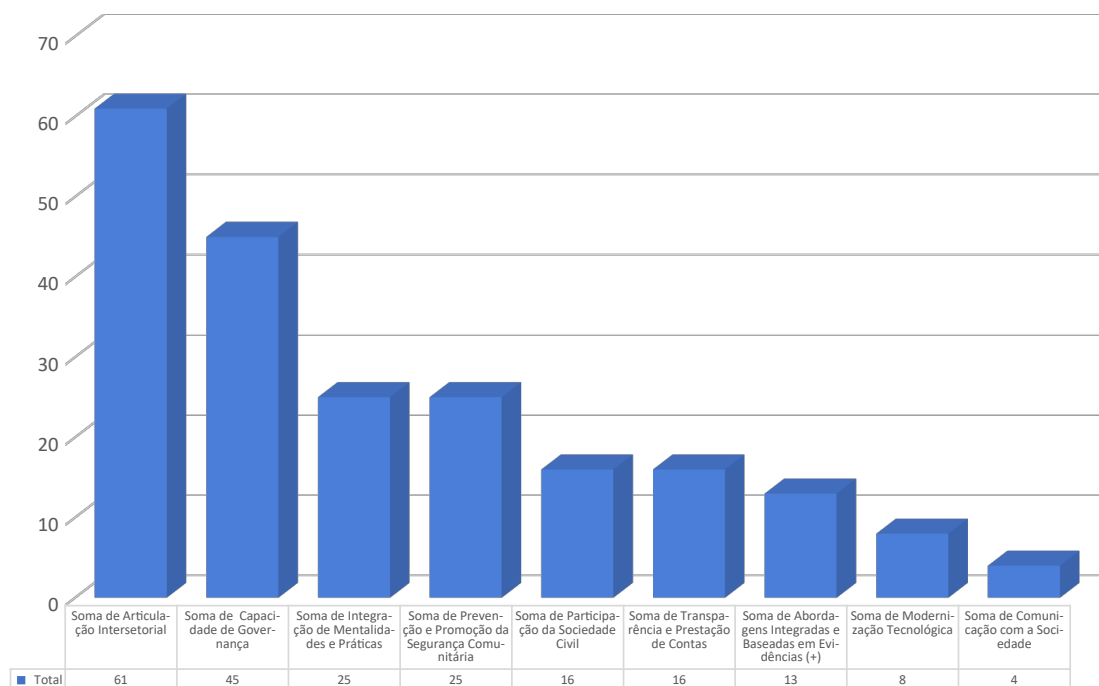
Este indicativo sobre a comunicação com a sociedade foi expresso através de críticas, notadamente na avaliação da participação social para o desenvolvimento da política de segurança pública. Edna Jatobá, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajope) entrevistada pelo “Marco Zero Conteúdo” em agosto de 2023, disse que a participação

social era limitada. Segundo Ela, “A gente não teve nenhum espaço, apesar de ter solicitado essa pauta por duas vezes no conselho. Não se falou em Conferência Estadual de Direitos Humanos. O período e os meios disponibilizados à participação social deixam a desejar” (Marco Zero, 2023, p. 1).

A crítica da entrevista aponta para uma ausência na comunicação e no envolvimento da sociedade civil. Ao afirmar que não houve espaço adequado para a participação social e que os meios disponibilizados foram insuficientes, Jatobá evidencia uma lacuna na abertura para o diálogo e na promoção de canais efetivos de participação. Essa deficiência pode gerar desconfiança e resistência por parte da população, minando a legitimidade das políticas implementadas (Ceneviva, 2006; Cruz, 2008). Esses autores enfatizam que a transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.

A articulação intersetorial, por sua vez, representada pela maior fatia do gráfico, reflete a prevalência no discurso do Estado para o Plano Juntos pela Segurança em promover a cooperação e a coordenação entre diferentes atores e instituições envolvidas na segurança pública, como órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. Aspectos como transparência e adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências também foram abordados, ainda que em menor proporção, em relação aos dois temas anteriores. Nesse sentido, apresentamos no Gráfico 2 a prevalência dessas categorias.

Gráfico 2 – Categorias da governança identificadas nos documentos oficiais do Estado acerca do Juntos pela Segurança (agosto de 2023 a março de 2024)



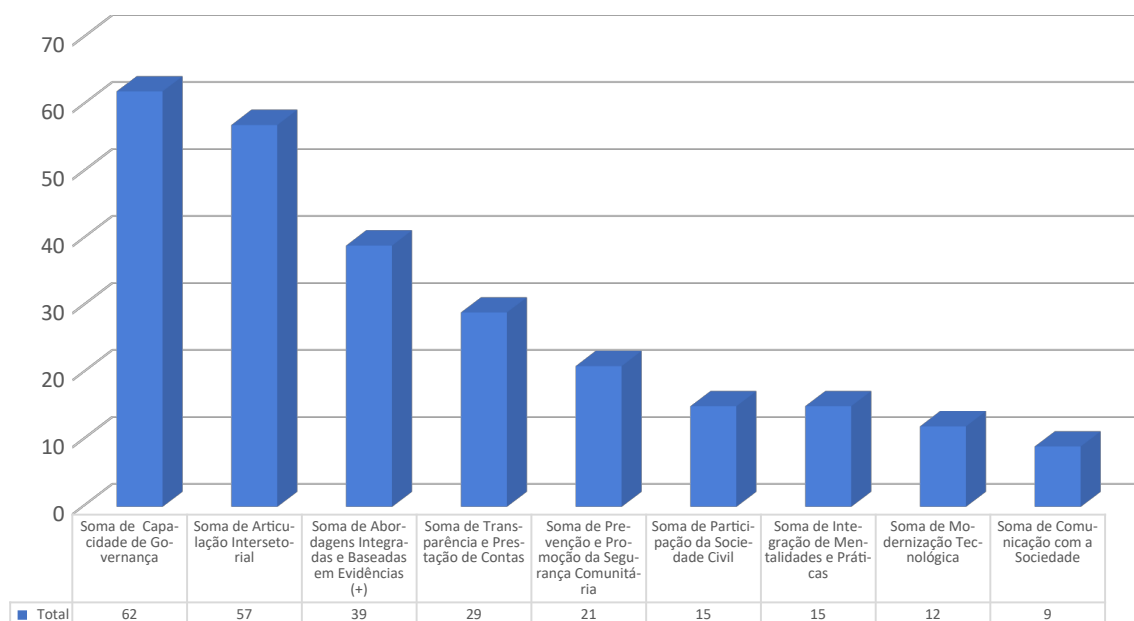
Fonte: elaboração própria a partir das codificações no MAXQDA.

A prevalência da articulação intersetorial no discurso do Estado para o Plano Juntos pela Segurança, refletida pela maior fatia do gráfico. Essa ênfase na articulação intersetorial é um aspecto fundamental da boa governança na segurança pública, pois são princípios essenciais para a boa governança no século 21, haja vista que os desafios complexos da segurança pública demandam a cooperação e coordenação de múltiplos atores, recursos e competências (Graham; Plumptre; Amos, 2003).

A categoria “Comunicação com a Sociedade” ainda que um aspecto crucial da governança, teve pouca inserção nos documentos analisados no discurso do Estado. Esses documentos revelam iniciativas de convocação da sociedade para participar ativamente do processo de formulação de políticas públicas. Uma dessas iniciativas envolve a criação de um endereço eletrônico, permitindo que os cidadãos expressem suas opiniões sobre as políticas existentes e surjam novas abordagens para o programa Juntos pela Segurança. Assim, destaca-se: “Na plataforma digital, foram registrados quase 14 mil participantes, 847 propostas e mais de 17 mil votos.” (GOVPE, 2023, p. 2).

Na revisão da literatura sobre o Pacto pela Vida, observa-se uma ligeira prevalência da categoria Capacidade de Governança em relação à Articulação Intersetorial. No entanto, destaca-se a categoria Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências, com um número significativo de inserções trabalhadas nos artigos analisados, o que é compreensível, uma vez que os trabalhos científicos buscam fundamentar suas análises e conclusões em evidências empíricas sólidas, conforme apontado por Welsh e Farrington (2011). Assim, apresentamos essas categorias da governança do estado da arte no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Categorias da governança identificadas nos artigos científicos acerca do Pacto pela Vida



Fonte: elaboração própria a partir das codificações no MAXQDA.

A articulação intersetorial se concretiza por meio de iniciativas como reuniões das Câmaras Técnicas, oficinas temáticas e estruturas participativas, que fomentam o diálogo articulado entre especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social. Essa abordagem intersetorial busca integrar esforços e promover uma atuação conjunta no enfrentamento da violência e da criminalidade (Antunes, 2019; Ratton, 2013; Ratton; Daudelin, 2018).

Por outro lado, uma crítica à capacidade de governança do Pacto pela Vida diz respeito à sustentabilidade financeira e à manutenção dos investimentos em segurança pública ao longo do tempo. A estabilização dos gastos em segurança após 2011 e o aumento natural dos preços dos insumos de segurança pública, devido a fatores como inflação, aumento do número de presos e reivindicações salariais dos profissionais da área, podem ter sido fatores que contribuíram para a deterioração das atividades realizadas pelo Pacto pela Vida e, consequentemente, para o aumento dos homicídios após 2013 (Monteiro; Rodrigues; Júnior, 2018). Essa crítica aponta para uma possível limitação na capacidade de governança do Pacto pela Vida em garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos investimentos necessários para a efetividade das políticas de segurança pública. A falta de recursos adequados pode comprometer a implementação das ações previstas, bem como a manutenção dos resultados alcançados inicialmente (Costa, 2023).

5. CONCLUSÕES

Este estudo analisou a comunicação das ações de governança da segurança pública em Pernambuco, triangulando três fontes: o discurso oficial do Estado, a comunicação da imprensa e a literatura acadêmica. A compreensão da governança da segurança pública no estado é aprimorada por meio de estudos acadêmicos que destacam a complexidade das soluções necessárias para enfrentar a violência e a criminalidade.

Ao triangular essas perspectivas, evidencia-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente e crítica da governança da segurança pública, considerando a complexidade dos processos envolvidos. Nesse contexto, os artigos científicos desempenham um papel fundamental, fornecendo críticas a análises que sobressaem aos discursos da imprensa e do estado.

A análise revela que tanto o Pacto pela Vida quanto o Juntos pela Segurança apresentam convergências em relação às características da governança da segurança pública, como articulação intersetorial e adoção de abordagens integradas. No entanto, a comunicação com a sociedade emerge como um ponto crítico, com pouca inserção nos discursos oficiais do Estado e na cobertura midiática.

Nessa mesma perspectiva, há uma lacuna científica que não explora as razões pelas quais a comunicação com a sociedade não é investigada ao longo do processo de implementação do

Pacto pela Vida e também no planejamento do Juntos pela Segurança, ou seja, não há um canal perene de participação social na avaliação e proposição, por parte da sociedade, no que concerne às decisões debatidas ao longo da execução dos programas de segurança pública. Assim, a falta de comunicação com a sociedade pode ser atribuída à ausência de mecanismos eficazes de participação social. Essa deficiência pode gerar desconfiança e resistência por parte da população, minando a legitimidade das políticas implementadas. Para ilustrar esse ponto, destacamos a crítica de Edna Jatobá, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajope), que afirmou que a participação social no Plano Juntos pela Segurança foi limitada.

Pesquisas futuras podem investigar por que o discurso da imprensa não priorizou a capacidade de governança, apesar do destaque dado pelo Estado e pela literatura acadêmica a esse aspecto. Além disso, é importante compreender por que a comunicação com a sociedade não foi abordada de forma abrangente nos três discursos analisados, especialmente diante do uso crescente das redes sociais como plataforma para expressão de opiniões sobre políticas públicas.

Outros estudos podem explorar a interação e influência mútua das redes de comunicação, considerando como essas dinâmicas impactam a compreensão da governança da segurança pública e influenciam o engajamento cidadão. Compreender essas interações é essencial para o desenvolvimento de estratégias de comunicação e políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- AL DHANHANI, M. A.; AL NAQBI, S. Identifying enablers and obstacles for knowledge management in a police organization: case study of Abu Dhabi Police. *Policing* (Oxford), [s. l.], v. 16, n. 2, p. 270–281, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/policing/paac019>
- ANDRONICEANU, A. Transparency in public administration as a challenge for a good democratic governance. *Revista Administratie si Management Public* (RAMP), [s. l.], n. 36, p. 149–164, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24818/amp/2021.36-09>
- ANTUNES, G. M. Sobre limites e possibilidades da participação da sociedade civil na política de segurança pública – Pacto pela Vida. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 215–233, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2019.v13.n1.1034>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições, [s. l.], v. 70, p. 280, 2016.
- BID, B. I. do D. **Prêmio Anual de 2015 “Gestão por Resultados”** – Programa Pacto pela Vida (PPV). [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/a/e/5ae563014e38577c9c2b568b178f262bf42c711f1c89c5a80bdf44efe093108b/15b6bfc3-b03f-4fe6-acec-494c81c564c2-premio_anual_da_coplac_-_gprd_do_bid_ppv_1_.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BINGHAM, L. B. **Collaborative governance**. The SAGE handbook of governance, [s. l.], p. 386–401, 2011.

CENEVIVA, R. Accountability: novos fatos e novos argumentos—uma revisão da literatura recente. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração**, [s. l.], p. 1–17, 2006.

COSTA, A. T. M. **Segurança pública, redes e governança**. [S. l.]: Editora UnB, 2023. <https://doi.org/10.7476/9786558461708>

CRUZ, T. M. F. da. Mídia e segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2008.v2.20961>

DOE-PE, D. O. do E. de P. Ouvir para mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população. [S. l.: s. n.], 2023.

DUPONT, B.; WOOD, J. Urban security, from nodes to networks: on the value of connecting disciplines. **Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 95–112, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0829320100009376>

ELLIOTT, O. V. **The tools of government: a guide to the new governance**. [S. l.]: OUP Us, 2002.

FBSP, F. B. de S. Publica. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico]. 17. ed. São Paulo: [s. n.], 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>.

FERREIRA, E. L. T.; DAMÁZIO, I. N.; AGUIAR, J. M. de. Fatores estimuladores da sensação de insegurança e a valorização midiática. **Revista Ordem Pública**, [s. l.], v. 4, n. 1/2, p. 121–130, 2011.

FLICK, U. Triangulation in data collection. [S. l.]: The SAGE handbook of qualitative data collection, 2018.

GOVPE, G. de P. O modelo de gestão por resultados do Programa Pacto pela Vida. [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/eventos-e-premiacoes>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GOVPE, G. D. P. Ouvir para mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população. [S. l.: s. n.], 2023.

GRAHAM, J.; PLUMPTRE, T. W.; AMOS, B. **Principles for good governance in the 21st century**. [S. l.]: Institute on governance Ottawa, 2003. v. 15

HATHAZY, P. Crafting public security: demilitarisation, penal state reform and security policy-making in post-authoritarian Chile. **Global Crime**, [s. l.], v. 19, n. 3–4, p. 271–295, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/17440572.2018.1471991>

HENMAN, P. Improving public services using artificial intelligence: possibilities, pitfalls, governance. **Asia Pacific Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 209–221, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/23276665.2020.1816188>

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. [s. l.], p. 1–264, 2002. DOI:10.1111/j.1467-9299.2007.00642_1.x

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. [S. l.]: Sage publications, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781071878781>

MACKLEM, P.; ROACH, K.; DANIELS, R. J. **The security of freedom: essays on Canada's anti-terrorism bill**. [S. l.]: University of Toronto Press, 2001.

MARCO ZERO, por J. C. Especialistas analisam o Juntos pela Segurança do Governo Raquel. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://marcozero.org/especialistas-analisam-o-juntos-pela-seguranca-do-governo-raquel/>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MONTEIRO, L.; RODRIGUES, D.; JÚNIOR, J. E. D. S. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon e as políticas de segurança pública: o caso do programa “Pacto pela Vida” de Pernambuco (2007–2013). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 91–111, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31060/RBSP.2018.V12.N2.847>

MORAIS, M. C. A. *et al.* Determinantes socioeconômicos do microempreendedor individual (MEI). **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. e2070–e2070, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14211/ibjesb.e2070>

ÖNDER, M.; ZENGİN, Ü. N. A framework for comparative analysis: public administration across the globe. In: **The Palgrave Handbook of comparative public administration: concepts and cases**. [S. l.]: Springer, 2022. p. 51–76.

ONU. United Nations Public Service Forum, Day and Awards Ceremony. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Instituciones Públicas. [S. l.], 2012. Disponível em: <<https://publicadministration.un.org/es/2012unpsa>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

RATTON, J. L. **Segurança pública, possibilidades e desafios: o caso do Pacto pela Vida** [Memo]. [s. l.], 2013.

RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s. l.], v. 7, p. 173–183, 2018. DOI: <https://doi.org/10.6000/1929-4409.2018.07.12>

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996.

ROGERS, C.; FREVEL, B. **Higher education and police: an international view**. [S. l.: s. n.], 2018.

SANDERS, C. B.; LANGAN, D. New public management and the extension of police control: community safety and security networks in Canada. **Policing & Society**, 2–4 Park Square, Milton Park, Abingdon Ox14 4rn, Oxon, England, v. 29, n. 5, p. 566–578, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/10439463.2018.1427744>

SEPLAG-PE, S. de P. e G. de P. **Todos por Pernambuco**. [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://www.seplag.pe.gov.br/todos-por-pernambuco>>.

SHERMAN, L. W. The rise of evidence-based policing: targeting, testing, and tracking. **Crime and justice**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 377–451, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1086/670819>

SILVA, J. L. da; EMMENDOERFER, M. L.; SILVEIRA CUNHA, N. R. da. Análise documental ilustrada em administração pública: uma proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i2-51394>

SIMON, J. Governing through crime. *In: Crime, inequality and the State*. [S. l.]: Routledge, 2020. p. 589–595.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 519–550, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>


TRIANTAFILLOU, P. Governmentality and the measuring of governance. *In: Handbook on Measuring Governance*. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 125–136.

UNITED NATIONS. **Public governance indicators: a literature review**. New York: [s. n.], 2007.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. Evidence-based crime policy. **The Oxford handbook of crime and criminal justice**, [s. l.], p. 60–92, 2011.


WOOD, J.; DUPONT, B. **Democracy, society and the governance of security**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0008423907071260>

Elias Ricardo de Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0002-6508-3930>

Doutor em Administração pela UFPE, com período sanduíche na Concordia University, Canadá. Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância pela UFRPE. Avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (MEC/BASIS/INEP). Membro do Grupo Lócus de Investigação em Economia Criativa e do Lab for Latin American Caribbean Studies (LLACS), Montréal.
elias.oliveira@ufpe.br

Fernando Gomes de Paiva Júnior

 <https://orcid.org/0000-0001-5715-3882>

Doutor em Administração pela UFMG. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Deusto, Espanha. Bacharel em Administração pela UFPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MGP/UFPE), pesquisador do Laboratório de Criatividade e Inovação (LCI/UFPE) e membro do Grupo Lócus de Investigação em Economia Criativa.
fernando.paivajr@ufpe.br